



CÂMARA MUNICIPAL - MOCOCA -		
PROTOCOLO		
NÚMERO	DATA	RUBRICA
1292	19.05.21	<i>[Signature]</i>

# Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS

**PAULINHO DOÇÃO**

**PATRIOTA** 51  
BRASIL ACIMA DE TUDO.

PROJETO DE LEI N º 60 DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE 2021.

**Dispõe sobre a vedação de nomeação pela Administração Pública Direta e Indireta do município de Mococa, Estado de São Paulo, de pessoas condenadas pela Lei Federal n.º 11.340 de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).**

**FAÇO SABER**, que a **Câmara Municipal de Mococa**, em Sessão realizada no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021, aprovou o Projeto de Lei nº \_\_\_\_/2021, de autoria do Vereador PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1** Fica vedada a nomeação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, para todos os cargos efetivos e em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas nas condições previstas na Lei Federal nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

**Parágrafo único.** Inicia-se essa vedação com a condenação em decisão transitada em julgado, até o comprovado cumprimento da pena.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.

*Paulo César Rodrigues dos Santos*

**PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS**  
**Paulinho Doção – Vereador/PATRIOTA**



# Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS

**PAULINHO DOÇÃO**

**PATRIOTA 51**  
BRASIL ACIMA DE TUDO

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Nobres Pares, passamos às mãos de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei Ordinária para que, após apreciação, seja votado e aprovado em Plenário para que o senhor Prefeito tome as providências de praxe.

Buscando dar efetividade aos discursos de proteção aos direitos, igualdade e integridade das mulheres, o presente projeto é posto como forma de impedir que a Administração Pública Direta e Indireta do município de Mococa seja maculada pela imoralidade de trazer ao serviço público pessoas com tal histórico de violência contra as mulheres.

Pessoas condenadas pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), violência contra a mulher, não poderão ser contratadas pela Prefeitura de Valinhos para ocupar cargos comissionados após decisão da Justiça publicada no último dia 7 de abril.

Em 11 de março de 2019, os vereadores Mônica Morandi (MDB), Dalva Berto (MDB) e Alécio Cau (PDT) apresentaram o Projeto de Lei nº33 para impedir que pessoas condenadas pela Lei Maria da Penha fossem contratadas pela Prefeitura de Valinhos. "Buscando dar efetividade aos discursos de proteção aos direitos, igualdade e integridade das mulheres, o presente projeto é posto como forma de impedir que a Administração Pública Direta e Indireta do município de Valinhos seja maculada pela imoralidade trazer ao serviço público pessoas com tal histórico", justificaram os vereadores.

Na ocasião o então prefeito Orestes Previtalo (DEM) vetou o projeto de lei (Veto nº10/2019). "O Veto Total aludido é apresentado em decorrência da constatação da existência de ofensa às Constituições Federal e à Lei Orgânica do Município no Projeto de Lei nº 33/19, que – sem dúvida – provocaria efeitos prejudiciais ao ordenamento jurídico municipal e, em decorrência, poderia causar a necessidade de reparação de danos, tendo em vista a ampliação da penalidade, além da condenação estabelecida pela legislação pertinente, promulgada pela esfera federal, decorre daí o descumprimento do princípio da segurança jurídica".

Apesar do veto, em 13 de maio de 2019 a Câmara de Valinhos aprovou e promulgou a Lei nº 5.849 que 'veda a nomeação pela Administração Pública Direta e Indireta de Valinhos de pessoas condenadas pela Lei Federal nº11.340 de 7 de agosto de 2006". O Artigo 1º dessa lei diz que 'fica vedada,





# Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS

**PAULINHO DOÇÃO**

**PÁTRIA 51**  
BRASIL ACIMA DE TUDO.

no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, para todos os cargos efetivos e em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas nas condições previstas na Lei Federal nº11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha’.

Supremo já confirmou constitucionalidade na matéria em matéria análoga. No ano de 2019 vereadores de Valinhos apresentaram Projeto de Lei visando impedir que pessoas condenadas pela Lei Maria da Penha fossem contratadas pela Prefeitura daquele município.

Na ocasião o então prefeito vetou o projeto de lei, mas a Câmara de Valinhos, em 13 de maio de 2019 derrubou o veto e promulgou a Lei nº 5.849 que ‘veda a nomeação pela Administração Pública Direta e Indireta de Valinhos de pessoas condenadas pela Lei Federal nº11.340 de 7 de agosto de 2006’.

## Decisão da Justiça

O Prefeito ajuizou ação perante do Tribunal de Justiça de São Paulo, que considerou que foi violada a iniciativa legislativa reservada ao chefe do Executivo para dispor sobre o regime jurídico dos servidores públicos, reconhecendo ofensa à separação de Poderes.

A Câmara e o Ministério Público do Estado de São Paulo, recorreram alegando que a imposição de condições para provimento de cargos públicos não se confunde com o a imposição de requisitos para provimento de cargos, e não se insere naquela esfera reservada.

A decisão do ministro Edson Fachin, do STF, deu provimento ao RE 1.308.883 para reconhecer a constitucionalidade de lei do município de Valinhos/SP que impede a administração pública de nomear pessoas condenadas pela lei Maria da Penha (11.340/06) para cargos públicos, e ressaltou que, **“ao vedar a nomeação de agentes públicos, no âmbito da Administração direta e indireta do município, condenados nos termos da Lei federal nº 11.340/2006, a norma impugnada impõe regra geral de moralidade administrativa, visando dar concretude aos princípios elencados no caput do art. 37 da Constituição Federal, cuja aplicação independem de lei em sentido estrito e não se submetem a uma interpretação restritiva”, de tal modo que “não subsiste o vício de iniciativa legislativa sustentado pelo Tribunal a quo”,** assim na decisão da Suprema Corte declarou a constitucionalidade da Lei Municipal de Valinhos, de



# **Câmara Municipal de Mococa**

**PODER LEGISLATIVO**

**VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS**

**PAULINHO DOÇÃO**

**PATRIOTA 51**  
BRASIL ACIMA DE TUDO.

iniciativa parlamentar, para vetar nomeação de pessoas condenadas por violência contra a mulher.

É transcrito a referida decisão para facilitar o entendimento dos nobres pares, com relação à legalidade, constitucionalidade e a iniciativa da matéria.

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.308.883 SÃO PAULO**

**RELATOR : MIN. EDSON FACHIN**

**RECTE.(S) :PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PROC.(A/S)(ES) :PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**RECTE.(S) :MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**

**ADV.(A/S) :ALINE CRISTINE PADILHA**

**RECDO.(A/S) :PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALINHOS**

**ADV.(A/S) :PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE VALINHOS**

**ADV.(A/S) :VAGNER MEZZADRI**

**Decisão:** Trata-se de recursos extraordinários interpostos pela Câmara Municipal de Valinhos e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (eDOC 6, p.2): Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 5.849, de 13 de maio de 2019, do Município de Valinhos, de iniciativa parlamentar, que veda a nomeação, pela Administração Pública Direta e Indireta de Valinhos, de pessoas condenadas pela Lei Federal nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). 1) Preliminares, apontadas pelo requerido, de falha na representação processual do autor e de inépcia da inicial que devem ser afastadas. 2) Mérito. Alegação do autor de violação ao pacto federativo por dispor a nora impugnada sobre direito penal. Descabimento. Norma que dispõe sobre regra atinente à moralidade administrativa, assunto na senda da organização político-administrativa municipal, inserido, pois, no espaço de competência dos Municípios (CF, art. 30). Violação ao pacto federativo que deve ser afastada. Reconhecimento, contudo, da





# **Câmara Municipal de Mococa**

**PODER LEGISLATIVO**

**VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS**

**PAULINHO DOÇÃO**

**PÁTRIA 51**  
BRASIL ACIMA DE TUDO.

inconstitucionalidade da norma por fundamento diverso. Na ação direta de inconstitucionalidade vige o princípio da causa de pedir aberta, que possibilita o exame do pedido posto em juízo sob qualquer fundamento. Hipótese de vício formal de iniciativa. Matéria relativa ao regime jurídico dos servidores públicos. Competência reservada ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 24, §2º, “4” da Constituição Paulista. Reconhecimento de violação ao princípio da Separação dos Poderes. Precedente recente deste C. Órgão Especial (ADIN 223710-61.2019.8.26.0000, Rel. Francisco Casconi, j. 06.05.2020). Lei nº 5.849, de 13 de maio de 2019, do Município de Valinhos, que deve ser julgada inconstitucional, com efeito ex tunc. Ação direta julgada procedente.

Não houve interposição de embargos de declaração.

Os recursos foram interpostos com fundamento no art. 102, III, a, do permissivo constitucional e apontam ofensa aos arts. 2º e 61, §1º, II, c, da Constituição Federal.

Nas razões recursais, ambos os recorrentes, sustentam que a imposição de condições para provimento de cargos públicos não se confunde com o a imposição de requisitos para provimento de cargos, distinção esta feita pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Destacam que as restrições impostas pela lei municipal impugnada se referem à impedimento para a nomeação de cargo público, ato que antecede a posse, e, portanto, não se confunde com o regime jurídico de servidor público e não se insere na iniciativa legislativa reservada ao Executivo.

O Ministério Público do Estado de São Paulo, busca, ainda, afastar eventual aplicação do Tema 917 da Repercussão Geral aos autos e destaca a tese fixada no Tema 29 da Repercussão Geral, cujo leading case tratava de controvérsia semelhante.

O Tribunal de origem admitiu ambos os extraordinários (eDOC 13). A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pelo não conhecimento do Recurso Extraordinário.



# Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS

**PAULINHO DOÇÃO**

**PATRIOTA 51**  
BRASIL ACIMA DE TUDO.

É o relatório. Decido.

Assiste razão aos recorrentes.

A jurisprudência da Corte é pacífica quanto à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para dispor acerca de legislação que verse sobre provimento de cargos públicos. Porém, diferentemente do que assentado pelo acórdão impugnado, não é disso que trata a lei municipal nº 5.849/2019, do Município de Valinhos.

Na verdade, ao vedar a nomeação de agentes públicos, no âmbito da Administração Direta e Indireta do município, condenados nos termos da Lei federal nº 11.340/2006, a norma impugnada impôs regra geral de moralidade administrativa, visando dar concretude aos princípios elencados no caput do art. 37 da Constituição Federal, cuja aplicação independem de lei em sentido estrito e não se submetem a uma interpretação restritiva. Destaco que quando do julgamento do RE 570.392, Rel. Ministra Cármen Lúcia, Pleno, DJe 18.02.2015, Tema 29 da Repercussão Geral, o Tribunal assentou a tese de que não é privativa do Chefe do Poder Executivo a competência para a iniciativa legislativa de lei sobre nepotismo na Administração Pública: leis com esse conteúdo normativo dão concretude aos princípios da moralidade e da impessoalidade do art. 37, caput, da Constituição da República, que, ademais, têm aplicabilidade imediata, ou seja, independente de lei.

Impende ressaltar, ante a inquestionável procedência de suas observações, o voto proferido pela Ministra Relatora naquela ocasião, em tudo aplicável ao caso em análise:

*Se os princípios do art. 37, caput, da Constituição da República sequer precisam de lei para serem obrigatoriamente observados, não há vício de iniciativa legislativa em norma editada com o objetivo de dar eficácia específica àqueles princípios e estabelecer casos nos quais, inquestionavelmente, configurariam comportamentos administrativamente imorais ou não-isonômicos.*





# Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS

**PAULINHO DOÇÃO**

**PATRIOTA 51**  
BRASIL ACIMA DE TUDO

Noutras palavras, a regra relativa a iniciativa legislativa aplica-se apenas aos casos em que a obrigação imposta por lei não deriva automaticamente da própria Constituição. Tal interpretação deve ainda ser corroborada pelo disposto no art. 5º, § 1º, da CRFB, segundo o qual os direitos e garantias previstos na Constituição têm aplicação imediata.

Nesses termos, tratando-se o diploma impugnado na origem de matéria decorrente diretamente do texto constitucional, não subsiste o vício de iniciativa legislativa sustentado pelo Tribunal a quo. Assim, o acórdão recorrido revela-se em dissonância com a Constituição Federal e com a jurisprudência desta Corte, razão pela qual dou provimento aos recursos extraordinários, assentando a constitucionalidade da Lei municipal nº 5.849/2019, nos termos do art. 21, § 1º, do RISTF.

Incabível a aplicação do disposto no art. 85, § 11, do CPC, em virtude de se tratar de recurso oriundo de ação direta de inconstitucionalidade.

Publique-se.

Brasília, 07 de abril de 2021.

Ministro Edson Fachin

Relator

*Pela Decisão do Supremo a questão da legalidade, constitucionalidade e eficácia da norma ora proposta está vencida e pode ser objeto de análise quanto à conveniência e oportunidade, que acredito ser nobre, uma vez que deve ser papel do legislador amoldar as normas para assegurar a segurança e a integridade das mulheres, razão maior da Lei Maria da Penha, assim espero receber o apoio à propositura no debate nesta Casa de Leis.*

**Plenário Venerando Ribeiro da Silva, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.**

**PAULO CÉSAR RODRIGUES DOS SANTOS**

Paulinho Doção – Vereador/PATRIOTA